

Juventudes e desigualdades: um estudo sobre trabalho e escolaridade nas metrópoles brasileiras¹

Vitor Matheus Oliveira de Menezes²

Resumo

Este artigo analisa o acesso à escolaridade e trabalho pela juventude nas metrópoles brasileiras, a partir dos dados da plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, realizado em parceria pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro (FJP). Esta abordagem é dividida em dois tópicos: O primeiro analisa os dados referentes às 15 maiores metrópoles brasileiras, em comparação aos indicadores nacionais; e o segundo problematiza a desigualdade socioespacial no interior de Salvador, uma das metrópoles em destaque. Dessa forma, são tratados os dados referentes à educação e trabalho para os jovens dos grandes centros urbanos, evidenciando marcadas disparidades regionais, além de apontar para as distintas possibilidades de ser jovem no interior de uma metrópole, relacionando tais elementos a uma contextualização relativa ao continente latino-americano.

Palavras-Chave: Juventude; Desigualdades Sociais; Mercado de Trabalho; Escolaridade

Abstract

This article analyses the access to scholarship and work in the Brazilian metropolis, from data of the platform of Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, held by United Nations Development Programme (UNDP), Institute of Applied Economical Research (Ipea) and João Pinheiro Foundation (FJP). This approach is divided in two topics: the first analyses the data of the 15 biggest Brazilian metropolis, in comparison to the national data; and the second problematizes the socioespacial inequality in Salvador, one of the analysed metropolis. In this way, are treated the education and work of youth on the big urban centers, showing regional disparities, in addition of pointing the different possibilities of being young in a metropolis, relating these elements to a contextualization relative to the Latin-American continent.

Keywords: Youth; Social Inequalities; Work Market; Scholarship

Resumen

Este artículo analiza el acceso a la escolaridad y el trabajo por la juventud en las principales metrópolis brasileñas, a partir de los datos de la plataforma del Atlas del Desarrollo Humano en Brasil, realizado conjuntamente por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), Instituto de Investigación Económica Aplicada (Ipea) y Fundación João Pinheiro (FJP). Esa abordagem es dividida em dos tópicos: el primer analiza los datos referentes a las 15 metrópolis brasileñas, em comparacion a los indicadores nacionales, el según problematiza la desigualdad sócio-espacial em Salvador, una de las metrópolis en destaque. De essa maneira, se tratan los datos referentes a la educación y trabajo para los jóvenes de los grandes centros urbanos, haciendo evidencia a las marcadas disparidades regionales, además de indicar para las distintas posibilidades de ser joven en una metrópole,

1 Este trabalho foi apresentado, com pequenas alterações, no Seminário Urbanismo na Bahia (urbBA[15])

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

relacionando tales elementos a uno contexto de América Latina.

Palabras clave: Juventud; Diferencias sociales; Mercado de trabajo; educación

Juventude e Desigualdades: uma proposta de análise

De maneira geral e mais simples, juventude pode ser definida como agrupamento de indivíduos pertencentes à mesma faixa etária em uma dada sociedade, em processo de transição para idade adulta. Dessa forma, podemos considerar como jovem alguém com idade entre 15 e 24 anos, assim como classificado pela Organização Panamericana de Saúde (OPS) e Organização Mundial de Saúde (OMS). No entanto, diversos estudos têm apontado para a necessidade de compreender as diferentes formas de viver a juventude em determinado espaço-tempo (PEREGRINO, 2011). Cabe, pois, falar em “juventudes” no plural, tendo em vista as múltiplas possibilidades de ser jovem em sociedades marcadas por grandes distâncias sociais, estando a condição juvenil associada de maneira desigual à “origem social, níveis de renda, disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre continentes, hemisférios” (NOVAES, 2007, p.1)

Como apontam Castro e Aquino (2008), educação e trabalho são duas demandas prioritárias dos jovens, estes entendidos como sujeitos de direitos com especificidades próprias, sendo tais necessidades reconhecidas como legítimas pela esfera pública democrática. Da mesma forma, a Cepal (2014) aponta para a centralidade do nexos entre educação e emprego para inclusão social nesta etapa da vida, de fundamental importância para compreensão das situações e trajetórias juvenis. Como aponta a Comissão a partir do Panorama Social da América Latina 2014, as novas gerações de jovens têm se beneficiado de melhores indicadores de cobertura educacional e participação no mercado de trabalho. Entretanto, mesmo levando em conta a tendência crescente de maior escolarização (analisada como eixo central de superação do ciclo de reprodução intergeracional da pobreza e exclusão), percebe-se inserção laboral precária dos jovens quando comparados aos adultos (CEPAL, 2014).

Tendo em vista essa preocupação, primeiramente este artigo analisa o acesso à escolaridade e trabalho nas principais metrópoles brasileiras, definidas com base na metodologia do Observatório das Metrópoles, a partir dos dados da plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, realizado em parceria pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro (FJP). Esta etapa será dividida

em dois tópicos: O primeiro analisará os dados referentes às 15 metrópoles brasileiras, em comparação aos indicadores nacionais; e o segundo analisará a desigualdade socioespacial no interior de Salvador, uma das metrópoles em destaque. Dessa forma, serão problematizados os dados referentes à educação e trabalho para os jovens dos grandes centros urbanos, evidenciando marcadas disparidades regionais, além de apontar para as distintas possibilidades de ser jovem no interior de uma metrópole, relacionando tais elementos a uma contextualização relativa ao continente latino-americano.

Análise de indicadores em 15 metrópoles

Para este tópico, analisaremos as 15 metrópoles brasileiras que exercem, segundo a metodologia do Observatório das Metrópoles, influência na rede urbana brasileira. Foi em tais metrópoles que se configurou de maneira mais acentuada o regime de bem-estar familístico-mercantil³, responsável pelo padrão urbano de reprodução social correspondente ao modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil (RIBEIRO, 2010)⁴.

Como se pode observar a partir da Tabela 1, em relação à porcentagem da população com idade entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo, vê-se que somente três metrópoles (Manaus, Salvador e Belém) apresentam indicadores inferiores à média nacional (57,24%), enquanto que para a população entre 18 e 24 anos nenhuma das metrópoles analisadas expressou proporção inferior à média brasileira (74,24%). É necessário destacar que os menores indicadores encontram-se nas metrópoles das regiões Norte e Nordeste, em contraste às metrópoles da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste. De maneira semelhante, para a porcentagem da população com idade entre 18 e 24 anos com ensino médio completo são verificadas, em todas as metrópoles, indicadores superiores à média nacional (47,44%), com porcentagem média de 58,74%, sendo que as menores porcentagens são representadas pelas metrópoles nordestinas e da Região Norte.

3 Tal regime é fundado na centralidade da família, a partir das vias de mercado, para provisão de bem-estar para seus membros, relacionado à fragilidade do Estado no que diz respeito à oferta de bens e serviços baseado na universalidade dos direitos. (RIBEIRO, 2010)

4 As 15 metrópoles analisadas são: Belém e Manaus, na Região Norte; Fortaleza, Recife e Salvador na Região Nordeste; Belo Horizonte, Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória na Região Sudeste; Brasília no Distrito Federal; Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre na Região Sul; e Goiânia na Região Centro-Oeste

Tabela 1: % da população com 15 a 17 anos com fundamental completo, % da população com 18 a 24 anos com fundamental completo e % da população com 18 a 24 anos com médio completo, para o ano de 2010, nas principais metrópoles brasileiras

Lugar	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	% de 18 a 24 anos com fundamental completo	% de 18 a 24 anos com médio completo
Brasil	57,24	74,24	47,47
Manaus (AM)	51,23	76,12	48,47
Salvador (BA)	50,24	78,22	53,18
Fortaleza (CE)	59,54	79,97	53,51
Brasília (DF)	66,32	83,34	60,54
Vitória (ES)	74,56	89,37	70,88
Goiânia (GO)	72,2	86,15	63,25
Belo Horizonte (MG)	65,35	85,6	62,19
Belém (PA)	52,6	78,67	49,78
Recife (PE)	58,51	78,36	54,15
Curitiba (PR)	71,63	86,13	64,51
Rio de Janeiro (RJ)	60,08	82,27	55,67
Porto Alegre (RS)	59,3	82,26	56,9
Florianópolis (SC)	70,6	90,18	71,08
Campinas (SP)	69,52	83,04	59,8
São Paulo (SP)	68,92	82,19	57,2

Fonte: PNUD, IPEA, FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/>)

Percebe-se, tendo em vista os dados apresentados na Tabela 1, que grande parte dos jovens encontra-se em defasagem com o nível esperado de escolaridade para sua faixa etária, sendo 16 anos a idade esperada para conclusão do Ensino Fundamental e 19 anos para o Ensino Médio. No entanto, as metrópoles apresentaram, em geral, indicadores superiores à média nacional, demonstrando contraste com as pequenas cidades e meio rural no cenário nacional. Assim, segundo o levantamento feito por Todos pela Educação⁵, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (Pnad), nas áreas rurais a proporção de alunos que concluiu o Ensino Médio é consideravelmente inferior às áreas urbanas (22,5 pontos percentuais, para valores de 2013).

Em relação ao avanço da porcentagem de jovens que concluíram o Ensino Médio e Fundamental na idade adequada, ainda de acordo com Todos pela Educação, entre as cinco regiões brasileiras o Nordeste foi o que apresentou a maior evolução positiva, embora detenha o segundo pior indicador, à frente somente da Região Norte. No outro extremo, os melhores indicadores foram representados pelas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Vale ressaltar que o principal problema relacionado à desigualdade de condições educacionais, assim como apresenta a Cepal (2014, p.132),

5 Disponível em <<http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/32164/apenas-543-dos-jovens-brasileiros-concluem-o-ensino-medio-ate-os-19-anos/>>

não diz respeito à exclusão do sistema educativo, mas sim à “segmentación socioeducacional asociada a una inclusión diferencial”. Tal processo diz respeito às menores oportunidades de permanência nas instituições de ensino para os jovens em condição de pobreza e vulnerabilidade, demonstrando convergência para um cenário de marginalização social e econômica.

Passando para o próximo agrupamento de dados, pode-se apontar manifesta desigualdade das taxas de desocupação entre as metrópoles brasileiras, variando de 4,67% (Florianópolis) a 12,55% (Salvador), sendo que seis metrópoles apresentam indicadores superiores à média nacional (7,29%), estando cinco delas localizadas nas regiões Norte e Nordeste. E ainda, a Tabela 2 evidencia diferenciação desse indicador no interior das metrópoles, a partir das taxas de desocupação da faixa etária jovem. Assim, a taxa de desocupação média nas metrópoles para a população com 18 anos ou mais é de aproximadamente 7,54%, com esse indicador subindo para cerca de 33,17% para população com idade entre 15 e 17 anos e 16,58% para população com idade entre 18 e 24 anos.

Tabela 2: Taxa de desocupação para população com 18 anos ou mais, 15 a 17 anos e 18 a 24 anos no Brasil e nas principais metrópoles do país, e % da população entre 15 e 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa etária, para o ano de 2010

Lugar	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa
Brasil	7,29	24,19	15,07	11,61
Manaus (AM)	10,7	33,39	20,52	11,28
Salvador (BA)	12,55	46,19	26,15	11,26
Fortaleza (CE)	7,49	29,24	17,27	11,48
Brasília (DF)	7,58	38,64	16,92	5,13
Vitória (ES)	6,7	36,97	16,53	5,15
Goiânia (GO)	4,98	21,68	10,49	3,72
Belo Horizonte (MG)	6,07	34,7	12,94	4,8
Belém (PA)	10,17	32,3	23,23	12,52
Recife (PE)	12,11	46,31	26,1	12,63
Curitiba (PR)	4,46	25,66	10,18	2,88
Rio de Janeiro (RJ)	7,25	30,71	17,12	6,64
Porto Alegre (RS)	5,12	28,07	12,14	4,93
Florianópolis (SC)	4,67	30,25	11,39	2,6
Campinas (SP)	6,25	29,25	13,18	4,92
São Paulo (SP)	7,07	34,25	14,52	5,6

Fonte: PNUD, IPEA, FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/>)

O referido índice é calculado com base na população que afirmou procurar emprego no

mês anterior à entrevista, evidenciando a busca por postos de trabalho para jovens com até 17 anos. Como afirma Peregrino (2011), a procura por postos de trabalho antes dos 18 anos está relacionada à busca precoce por responsabilidades sociais, em detrimento de um período de formação para inserção no mundo adulto, sendo que tal procura expressa formas específicas de viver a juventude em um contexto de diversidades e desigualdades na sociedade de classes. Além disso, os dados apresentados apontam para inserção vulnerável da juventude nas atividades laborais, tendo em vista o trabalho precoce, os altos índices de desemprego e os baixos rendimentos advindos de ocupações precárias (CASTRO; AQUINO, 2008). Se parte da rotatividade dos jovens no mercado de trabalho pode ser atribuída à “experimentação” do jovem em postos de trabalho diversos, Castro e Aquino (2008) evidenciam o problema relativo à “demanda”, devido ao fato da juventude estar inserida no mercado de trabalho com pouca qualificação e experiência, sendo que parte considerável dos jovens termina por abandonar os estudos para garantir os rendimentos do domicílio, não conseguindo concluir a educação básica.

Entre as metrópoles analisadas, a maioria apresentou taxas de desocupação para juventude mais elevadas do que os indicadores nacionais. Dessa forma, das 15 metrópoles em destaque, nenhuma apresentou taxa de desocupação para jovens com idade entre 14 e 17 anos inferior à média nacional (24,19%), e apenas seis expressaram taxa de desocupação para faixa etária entre 18 e 24 anos inferior à média brasileira (15,07%). Tais elementos apontam para maior dificuldade de inserção dos jovens no mercado laboral das grandes cidades, tendo em vista a exigência de especialização e maior grau de escolaridade decorrentes da competição por postos de trabalho no espaço urbano.

Em comparação à tendência histórica da taxa de desocupação, ressalta-se que o desemprego juvenil cresceu nos últimos 15 anos a uma taxa superior ao desemprego dos adultos, fazendo com que os jovens representem uma proporção cada vez maior dos desempregados (CASTRO; AQUINO, 2008). E ainda, a inclusão da juventude no mercado de trabalho se dá a partir de empregos de pior qualidade, com salários inferiores, maiores jornadas de trabalho e menor proteção social (enquanto 27,5% dos jovens do continente latino-americano encontram-se incluídos na seguridade social, o mesmo indicador é de 70% para população total) (CEPAL, 2014).

Por fim, as metrópoles apresentam proporção da população jovem que não estuda, não trabalha e é vulnerável à pobreza (com renda per capita de metade do salário mínimo), na população dessa faixa, inferior à média nacional, sendo tais indicadores de aproximadamente 7,04% e 11,61% respectivamente. No entanto, vê-se grande desigualdade quando comparamos as metrópoles entre si, demonstrando contraste entre as metrópoles do Norte e Nordeste e as metrópoles do Sul, Sudeste

e Centro-Oeste, com o índice variando de 2,6% (Florianópolis) a 12,63% (Recife). Destaca-se que o indicador nacional, assim como para parte das metrópoles, pode ser considerado alto, levando em conta que a exclusão dos jovens do sistema educacional e do mercado de trabalho, somada à precariedade da renda familiar, configura parcela significativa da juventude com baixa aquisição de recursos materiais e imateriais necessários para integração à sociedade na idade adulta (RIBEIRO, 2010).

Os dados analisados nesta primeira etapa do trabalho apontam para indicadores negativos relacionados às condições de vida da juventude brasileira, embora tais indicadores apresentem-se em notável evolução positiva, principalmente a partir da primeira década do século XXI. Entretanto, é necessário demarcar que a desigualdade socioespacial nas metrópoles termina por atingir particularmente os jovens, tendo em vista a dificuldade de permanência no sistema educacional e exclusão do mercado de trabalho, sendo que parcela considerável da juventude abandona a escola e permanece sem ocupação, desfilada dos papéis que lhes são atribuídos socialmente (CARVALHO; PEREIRA, 2007). Partindo dessa perspectiva, para a próxima etapa analisaremos a desigualdade socioespacial intrametropolitana, a partir dos indicadores relativos à juventude (ou “juventudes”) para a metrópole de Salvador.

Trabalho e Escolaridade em Unidades de Desenvolvimento Humano de Salvador-BA

As Unidades de Desenvolvimento Humano -UDHs- correspondem a recortes contíguos internos às áreas metropolitanas, desenhadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro (FJP) com o objetivo de gerar áreas mais homogêneas do ponto de vista socioeconômico (quando comparadas às áreas de ponderação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Terminam, pois, por constituir poderosa ferramenta de análise socioespacial das desigualdades intrametropolitanas, dando maior complexidade aos indicadores municipais agregados (PNUD; IPEA; FJP, 2014). Dessa forma, foram separadas as 20 UDHs representantes dos extremos opostos dos indicadores sociais da metrópole, com os 10 menores e os 10 maiores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁶ da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia.

6 O IDHM faz uso das três dimensões do IDH Global (longevidade, educação e renda), adequando a metodologia global ao contexto brasileiro. Assim, embora sirva como medição dos mesmos fenômenos, os indicadores relacionados ao IDHM são mais adequados para analisar os municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Para mais informações sobre o IDHM e a elaboração dos dados utilizados nessa parte do artigo, ver a plataforma do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>

Como argumentam Carvalho e Pereira (2008), o processo de desenvolvimento urbano de Salvador converge para a consolidação, aliada ao aprofundamento de tendências anteriores e transformações contemporâneas, do padrão periférico de apropriação e utilização do território da cidade que se configurou a partir de 1960. Nos anos 80, um conjunto de intervenções terminaram por configurar de maneira decisiva um espaço urbano extremamente desigual e segregado, no qual expandem-se, a partir do Centro Tradicional, “cidades” diferenciadas sob os signos da modernidade e precariedade (CARVALHO; PEREIRA, 2008), dando continuidade à expulsão da população pobre para o perímetro urbano, submetida à ocupação informal de terras e autoconstrução de moradias. Tal processo histórico de produção do espaço urbano relaciona-se, como veremos, à incidência de dinâmicas sociais diversas referentes à juventude no contexto citadino.

É possível destacar, a partir da Tabela 3, que as UDHs analisadas expressam grande disparidade em relação à escolaridade dos jovens. Se nas 10 UDHs com melhor IDHM a proporção de jovens entre 15 e 17 anos com fundamental completo é, em média aproximada, 87,34%, para as UDHs com os piores IDHMs o valor equivalente é menos da metade, correspondendo à média de 38,59%. Por sua vez, para a proporção da população com idade de 18 a 24 anos com fundamental completo, vê-se média aproximada de 95,26% nas UDHs com maior IDHM e 60,54% nas UDHs com menor IDHM. A maior desigualdade encontra-se, entretanto, na porcentagem da população com idade entre 18 e 24 anos com ensino médio completo: enquanto nas UDHs com maior IDHM a média é de aproximadamente 88,02%, no extremo oposto a média é de apenas 25,88%, menos de 1/3 do valor para as UDHs com os melhores indicadores.

Tabela 3: % da população com 15 a 17 anos com fundamental completo, % da população com 18 a 24 anos com fundamental completo e % da população com 18 a 24 anos com médio completo, para o ano de 2010, nas UDHs de Salvador com os 10 maiores e 10 menores IDHM

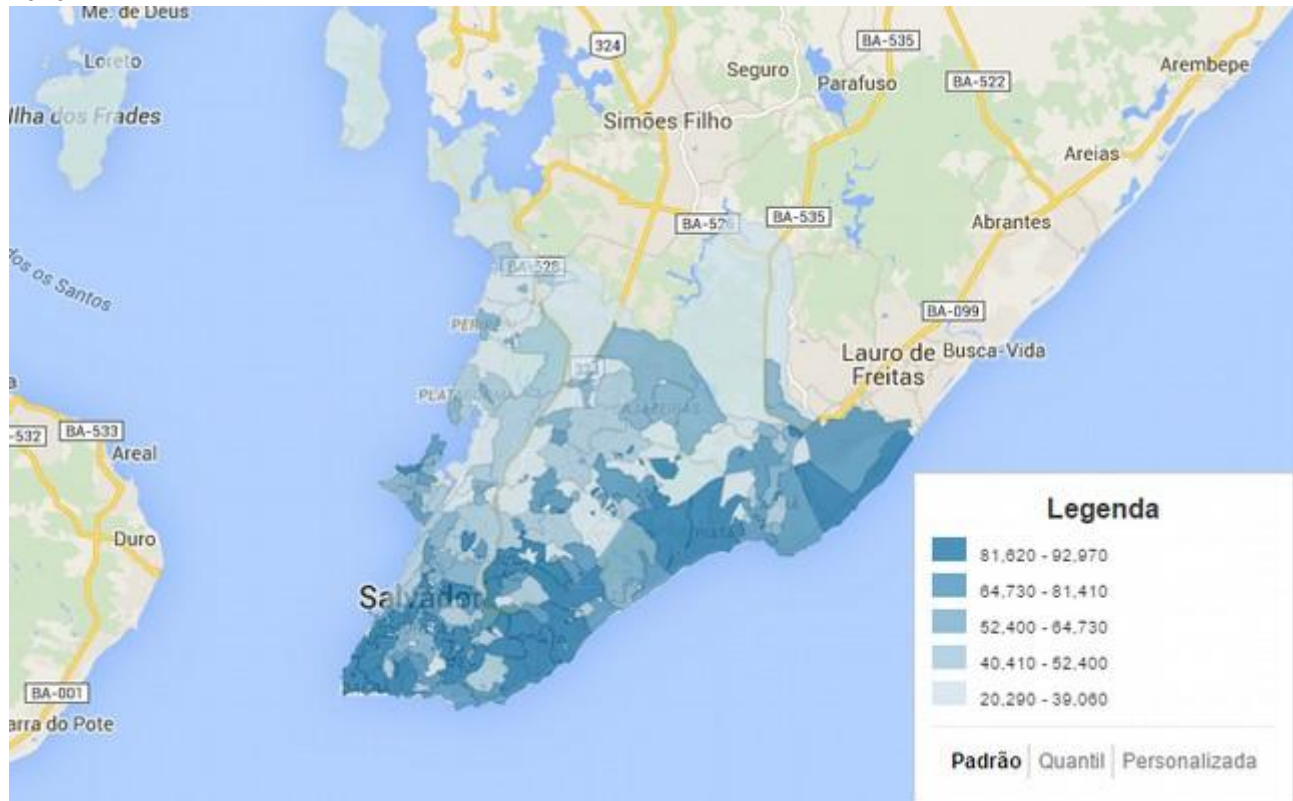
Lugar	% de 15 a 17 anos com fundamental completo (2010)	% de 18 a 24 anos com fundamental completo (2010)	% de 18 a 24 anos com médio completo (2010)
Brasil	57,24	74,24	47,47
Brotas / Rio Vermelho : Horto Florestal	89,29	95,87	87,54
Caminho das Árvores	89,29	95,87	87,54
Itaigara	89,29	95,87	87,54
Patamares	89,29	95,87	87,54
Vitória	89,29	95,87	87,54
Pituba	88,9	96,99	89,22
Candeal : Cidade Jardim	85,41	93,26	86,76
Chapada do Rio Vermelho / Santa Cruz : Hospital Aliança	85,41	93,26	86,76
Ondina	85,41	93,26	86,76
Brotas : Parque Bela Vista	81,8	96,51	92,97

Lugar	% de 15 a 17 anos com fundamental completo (2010)	% de 18 a 24 anos com fundamental completo (2010)	% de 18 a 24 anos com médio completo (2010)
Moradas da Lagoa	49,62	59,71	29,28
São João do Cabrito : Alagados / Boladeiro	49,62	59,71	29,28
Uruguai : Alagados	49,62	59,71	29,28
Águas Claras : Entorno da Av. Presidente Médice / Rua Direita da Caixa D'Água	36,64	54,61	23,85
Ilha de Maré	36,33	59,3	20,29
Ilha dos Frades	36,33	59,3	20,29
Nova Constituinte	36,33	59,3	20,29
Cassange / Nova Esperança	30,47	64,59	28,76
Periperi : Escola Municipal Oito de Maio	30,47	64,59	28,76
São Rafael	30,47	64,59	28,76

Fonte: PNUD, IPEA, FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/>)

Existem diversos fatores relacionados aos dados acima trabalhados. Primeiramente, destaca-se que a segregação socioespacial, assim como argumentam Borges e Carvalho (2014, p. 85), constitui-se como característica fundamental das metrópoles contemporâneas, “refletindo-se sobre a distribuição de bens e oportunidades, sobre as desigualdades e as condições sociais”. Resgatando estudos sobre o contexto urbano brasileiro, as autoras apontam para os efeitos da diferenciação do território e local de residência para o acesso a serviços básicos, condições de escolaridade, padrões de sociabilidade, configuração de redes sociais e acúmulo de capital social e cultural (BORGES; CARVALHO, 2014), com efeito significativo sobre as condições laborais. Assim, vê-se a partir do Mapa 1 a concentração de jovens com idade entre 18 e 24 anos com ensino médio completo na Orla Norte da cidade, principal vetor de expansão urbana para classe média, com maior oferta de bens e serviços. Por outro lado, a periferia da cidade, representada principalmente pelo “Miolo” e pelo Subúrbio Ferroviário, apresentam proporção significativamente inferior de jovens com Ensino Médio Completo, apontando para contiguidade entre indicadores negativos de escolaridade e periferização da pobreza na metrópole.

Mapa 1: Proporção da população com 18 a 24 anos com ensino médio completo, na cidade de Salvador em 2010



Fonte: PNUD, IPEA, FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/>)

Como demonstra o levantamento realizado por Todos pela Educação, verifica-se em 2013 uma diferença de cerca de 20 pontos percentuais entre a proporção de jovens declarados brancos que concluíram o Ensino Fundamental aos 16 anos e o Ensino Médio aos 19 (81% e 65,62%, respectivamente) e os jovens declarados negros (60% e 45%). Além disso, a quarta parte mais pobre da população apresenta taxa de conclusão do Ensino Fundamental igual a 59,25%, enquanto esse indicador é de 94% para os mais ricos. Por sua vez, os valores relativos ao Ensino Médio são de, respectivamente, 32,4% e 83,3%.

Tais elementos demonstram a inter-relação de um conjunto de fatores que configuram formas diferenciadas e desiguais de ser jovem nas grandes metrópoles. Os jovens das periferias (em sua grande maioria, negros), muitos dos quais necessitam trabalhar precocemente para assumir os rendimentos dos domicílios, residem em localidades desprovidas de serviços educacionais, fator que corrobora para os baixos índices de escolaridade, assim como destacam Borges e Carvalho (2014). Como aponta a Cepal (2014), enquanto 83% de jovens na América Latina com idade entre 20 e 24 anos situados na quinta parte mais rica da população haviam concluído o ensino secundário no ano de 2012, apenas 33% da quinta parte mais pobre havia concluído esse nível de escolarização. Merece destaque que o nível educativo mínimo necessário para que se diminua a probabilidade de

permanecer em condição de pobreza situa-se na educação secundária completa, com média de 12 anos de estudo (CEPAL, 2014).

Em relação às taxas de desocupação, como pode ser percebido a partir da Tabela 4, verificam-se indicadores extremamente desiguais quando comparamos as UDHs em destaque. Primeiramente, a taxa de desocupação para população com mais de 18 anos é de aproximadamente 4,3% para as UDHs com maior IDHM, enquanto o mesmo índice é de aproximadamente 16,94% nas UDHs com menor IDHM. A referida taxa de desocupação, como se pode notar, é mais do que o dobro da taxa de desocupação nacional (7,29%). Em seguida, destaca-se que somente em três UDHs do primeiro grupo a taxa de desocupação para a população entre 15 e 17 anos não foi nula, resultado da baixa procura da juventude por postos de trabalho antes dos 18 anos nesse grupo, fator que termina por produzir uma taxa média de desocupação de apenas 13,87% em tais UDHs. Por outro lado, nas UDHs com menor IDHM tal taxa média foi de aproximadamente 36,88%, enquanto o mesmo indicador para o contexto nacional foi de 24,19%. Entretanto, a média municipal mostrou-se superior (46,19%), demonstrando a existência de piores indicadores em UDHs não pertencentes a esse grupo em destaque. Finalmente, a taxa de desocupação para os jovens entre 18 e 24 anos mantém a tendência de desigualdade dos indicadores: a média aproximada de desocupação no primeiro grupo de UDHs foi de 14,7%⁷, pouco menos da metade da taxa para o segundo grupo (30%).

Tabela 4: Taxa de desocupação para população com 18 anos ou mais, 15 a 17 anos e 18 a 24 anos nas UDHs de Salvador com os 10 maiores e 10 menores IDHM, e % da população entre 15 e 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa etária, para o ano de 2010

Lugar	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais (2010)	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos (2010)	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos (2010)	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa (2010)
Brasil	7,29	24,19	15,07	11,61
Brotas / Rio Vermelho : Horto Florestal	3,4	0	12,79	0,53
Caminho das Árvores	3,4	0	12,79	0,53
Itaigara	3,4	0	12,79	0,53
Patamares	3,4	0	12,79	0,53
Vitória	3,4	0	12,79	0,53
Candeal : Cidade Jardim	4,88	46,22	12,13	0,65
Chapada do Rio Vermelho / Santa Cruz : Hospital	4,88	46,22	12,13	0,65

⁷ Sendo que, para este grupo, a maior taxa de desocupação na população com idade entre 18 e 24 anos quando comparada à taxa para população com idade entre 15 e 17 se deve à existência de indicadores nulos neste último.

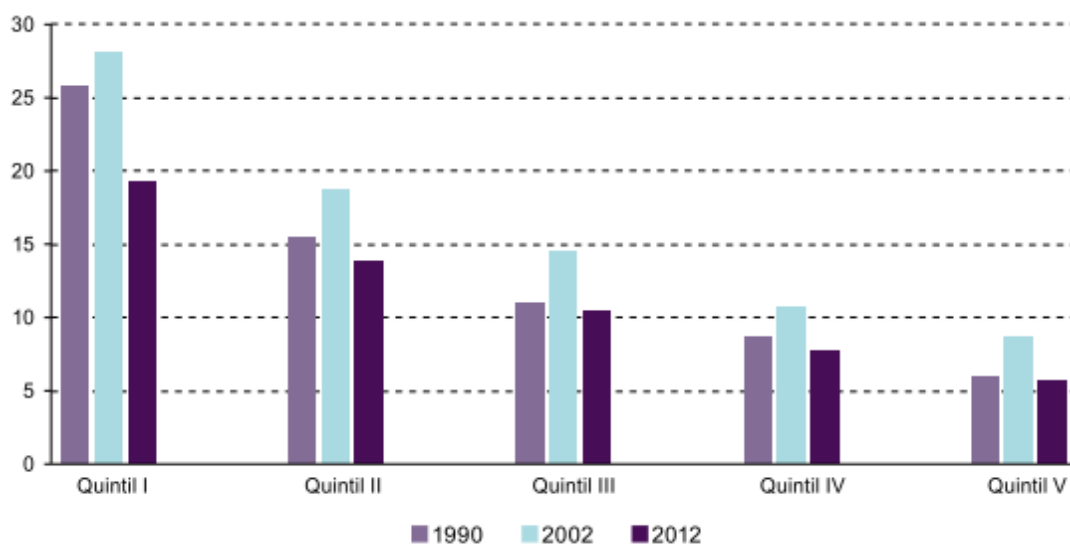
Lugar	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais (2010)	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos (2010)	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos (2010)	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa (2010)
Aliança				
Ondina	4,88	46,22	12,13	0,65
Brotas : Parque Bela Vista	4,91	0	21,17	0,66
Pituba	6,42	0	25,48	0,75
Cassange / Nova Esperança	20,37	32,94	28,14	16,41
Periperi : Escola Municipal Oito de Maio	20,37	32,94	28,14	16,41
São Rafael	20,37	32,94	28,14	16,41
Moradas da Lagoa	15,52	50,26	31,3	19,72
São João do Cabrito : Alagados / Boladeiro	15,52	50,26	31,3	19,72
Uruguai : Alagados	15,52	50,26	31,3	19,72
Ilha de Maré	15,09	25,29	29,32	21,21
Ilha dos Frades	15,09	25,29	29,32	21,21
Nova Constituinte	15,09	25,29	29,32	21,21
Águas Claras : Entorno da Av. Presidente Médice / Rua Direita da Caixa D'Água	16,51	43,29	33,81	31,31

Fonte: PNUD, IPEA, FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/>)

Como argumenta Ivo (2010, p. 17), a relação entre a questão urbana e social não diz respeito somente à localização espacial, mas também de variáveis como território e espaço relacionadas ao processo de hierarquização social e às desigualdades que se expressam na morfologia urbana, como o acesso dos mais pobres às condições de moradia, trabalho e serviços públicos. Como argumenta Ivo (2010, p. 17), a relação entre a questão urbana e social não diz respeito somente à localização espacial do social, mas também através de variáveis do território e do espaço relacionadas ao processo de hierarquização social e às desigualdades que se expressam na morfologia urbana, como o acesso dos mais pobres às condições de moradia, trabalho e serviços públicos. Dessa forma, o acesso ao mercado laboral relaciona-se à distribuição desigual dos postos de trabalho, aliado à precarização dos serviços de transporte público, produzindo potencialidades desiguais de restrição ou ampliação da circulação no espaço urbano. E ainda, a seletividade dos postos de trabalho associa-se aos diferentes padrões de escolarização analisados anteriormente, levando em conta o papel crescente da escolaridade como fator de inclusão ou exclusão no mercado de trabalho, sendo que a inserção precoce do jovem nessa esfera (como é visível no caso da busca por emprego, muitas vezes sem sucesso, dos jovens com idade entre 15 e 17 anos) termina por impactar negativamente nos rendimentos e nas condições de trabalho da juventude.

Verificando a correlação entre condições socioeconômicas e acesso ao mercado de trabalho, a Cepal (2014) destaca que para os jovens com idade entre 15 e 29 anos situados no quintil mais pobre, em 1990, a taxa de desemprego era quase quatro vezes superior ao quintil mais rico. Embora tal padrão tenha se modificado nas últimas décadas, ainda há marcante desigualdade de acesso ao emprego resultante da condição socioeconômica da juventude, como apontado pelo Gráfico 1, demonstrando convergência entre os indicadores relativos à pobreza e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Tal fenômeno expressa-se, pois, nas UDHs em destaque.

Gráfico 1: Taxas de desemprego de pessoas ativas entre 15 e 29 anos, segundo quintis de renda per capita, em 1990, 2002 e 2012

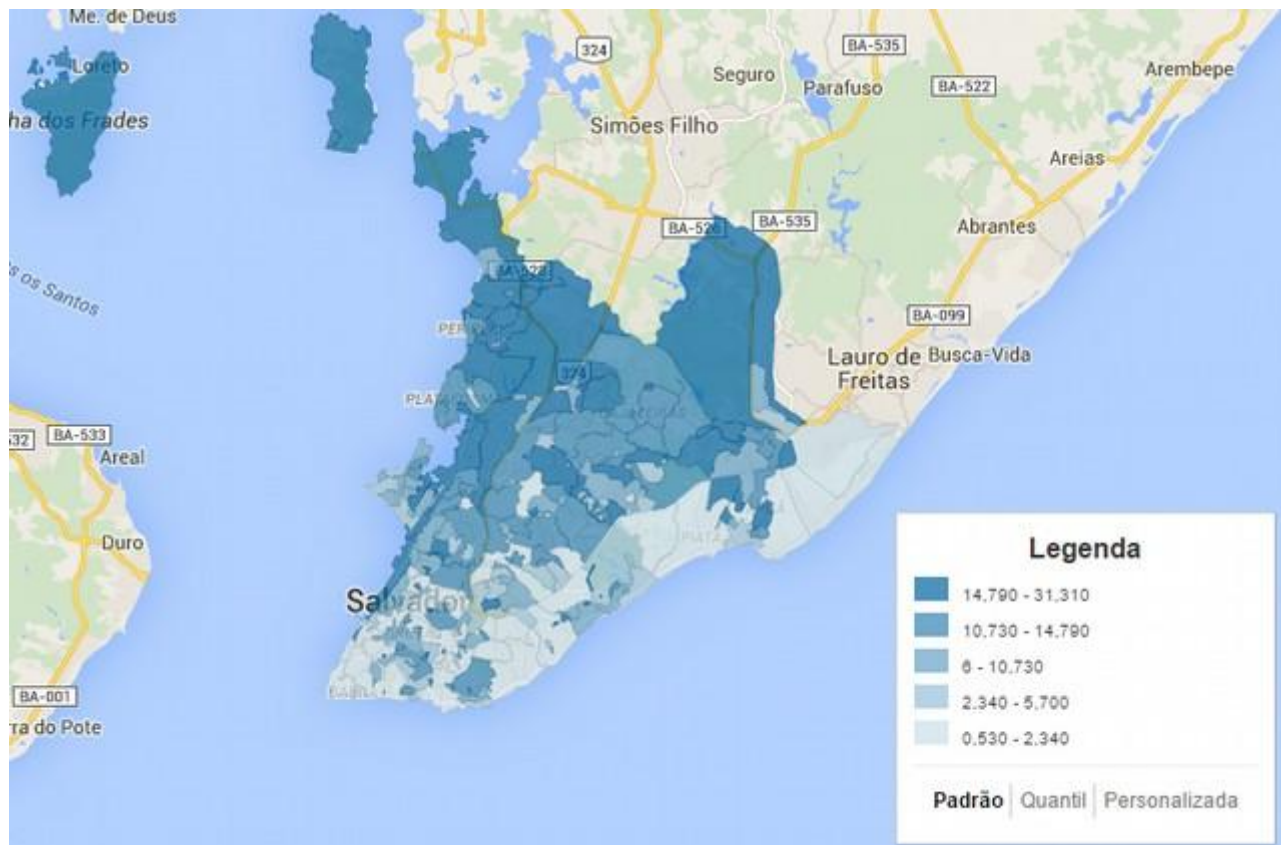


Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (2014)

No entanto, dos dados trabalhados na Tabela 4, o que apresenta maior disparidade de indicadores diz respeito à proporção de jovens que não estudam, não trabalham e têm renda per capita de metade do salário mínimo. Como apresentado anteriormente, tais jovens encontram-se em situação grave de risco social, excluídos do mercado de trabalho e não absorvidos pelo ensino formal, além de apresentarem-se vulneráveis à pobreza. É possível perceber que apenas 0,6% dos jovens nas UDHs com os maiores IDHMs se encontra nessa situação, enquanto o mesmo índice é de aproximadamente 20,33% no outro extremo social da cidade (33 vezes superior). A seguir, o Mapa 2 apresenta a distribuição territorial do referido indicador.

Mapa 2: Proporção de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis,

na população dessa faixa etária, para a cidade de Salvador em 2010



Fonte: PNUD, IPEA, FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/>)

O Mapa 2 apresenta o mesmo padrão observado no Mapa 1, só que com valores inversos. Enquanto os melhores indicadores de escolaridade encontram-se presentes na Orla Norte da cidade, a maior proporção de jovens que não estudam, não trabalham e são vulneráveis se faz presente na periferia da capital baiana. Como aponta Ribeiro (2010), os riscos de vulnerabilidade estão associados ao contexto social do bairro, tendo por base a combinação entre fragilização dos universos domiciliares/familiares e mecanismos de segregação residencial. Os dados trabalhados, pois, terminam por reafirmar essa perspectiva de análise.

Considerações Finais

O objetivo central deste artigo é apontar, a partir de indicadores relativos a trabalho e escolaridade, as distintas configurações da juventude em um contexto marcado por desigualdades sociais significativas. Primeiramente, apresentamos o impacto da diferenciação regional nos indicadores relativos à juventude nas principais metrópoles brasileiras, assim como a comparação das metrópoles com o âmbito nacional. Constatamos, portanto, que os dados relativos às metrópoles acompanham as desigualdades regionais no que diz respeito ao acesso à escolaridade e trabalho,

com concentração de piores indicadores nas regiões Norte e Nordeste. Nesta etapa também se evidenciou a precariedade da inserção laboral da juventude no âmbito nacional, tendo em vista os menores rendimentos e as maiores taxas de desocupação, além de se fazerem presentes proporções significativas de jovens com renda familiar precária e que estão desfilados do trabalho e do sistema educacional.

Posteriormente, foi problematizada a ocorrência de tais indicadores na metrópole de Salvador, contrastando as 20 UDHS com maiores e menores Índice de Desenvolvimento Humano em 2010. Evidenciou-se, pois, extremos sociais na cidade, tendo em vista os efeitos da segregação socioespacial, produzindo acesso diferenciado a bens, serviços e potencialidades. Além disso, a cidade é marcada por distintas situações domiciliares relacionadas aos vetores diferenciados de expansão da cidade, produzindo situações desiguais de inserção da juventude nos arranjos familiares. Dessa forma, associado a variáveis territoriais e espaciais no espaço urbano (IVO, 2010), verificamos condições diferenciadas de acesso à escolaridade e trabalho nas UDHS, com impacto substancial para as condições de vida dos jovens.

Destaca-se ainda que os dois percursos de análise foram colocados em perspectiva com dados referentes às juventudes na América Latina, demonstrando de que forma os indicadores trabalhados podem ser percebidos como característicos das desigualdades no continente. Como já argumentado, analiticamente torna-se mais válido utilizarmos o termo “juventudes”, tendo em vista as diferentes possibilidades de ser jovem nas metrópoles, demonstrando a desigualdade do acesso à “moratória social” (oportunidade de investir em formação ao retardar-se a entrada no mercado de trabalho), oportunidades de empregos e acesso à escolaridade.

Referências Bibliográficas

- BORGES, Â. M. de C.; CARVALHO, I. M. M. de. **Mercado de Trabalho, Segregação e Emprego em Salvador**. In CARVALHO, I. M. M. de et all. *Metrópoles na Atualidade Brasileira: Transformações, Tensões e Desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014, p.85-112.
- CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. **As Cidades de Salvador** in CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. Salvador: Edufba, 2008, p.81-108.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.(Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008
- CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Publicación de las Naciones Unidas, 2014.
- IVO, A.B.L. **Questão Social e Questão Urbana: Laços Imperfeitos**. Caderno CRH, Salvador, 23 (58), 2010.
- NOVAES, Regina. **Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas**. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida. São

Paulo, outubro de 2007.

PEREGRINO, M. **Juventude, Trabalho e Escola: Elementos para Análise de uma Posição Social Fecundada**. Caderno Cedes, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 275-291, maio-ago. 2011.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2014.

RIBEIRO, L. C. De Q. **Desigualdades de Oportunidades e Segregação Residencial: A Metropolização da Questão Social no Brasil**. Caderno CRH (UFBA. Impresso) v.23, n.59, 2010